

TERMO DE REFERÊNCIA

**Abertura de Licitação para:
Aquisição de Emulsões
Asfálticas:**

**Emulsão RR-1C (CT)
e
Emulsão EAI (CT)**

Solicitação de Compras: 601/2025

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Processo nº 60591/2025

1.2. Objeto: Contratação de empresas especializadas para fornecimento de emulsão asfáltica, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço para ata de registro de preço, sob responsabilidade desta Secretaria.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, "a"

2.1. O presente Termo de referência objetiva a **abertura de licitação modalidade Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço para ata de registro de preços para aquisição de emulsão asfáltica**, sob responsabilidade desta Secretaria nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses após a publicação do extrato no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), podendo o contrato ser prorrogado, nos termos da legislação vigente (14.133/21).

As especificações gerais estão estabelecidas abaixo:

2.2. ESPECIFICAÇÕES

Item	Especificação	Uni.	Qde	Código na SC	Valor Unit.	Valor Total
1	Fornecimento de Emulsão Asfáltica RR - 1C	Ton	20	99014989-1	R\$ 3.676,00	R\$ 73.520,00
2	Fornecimento de Emulsão EAI (CT)	Ton	10	18020575-1	R\$ 3.647,28	R\$ 36.472,80

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea "b"

3.1. A necessidade da contratação em questão é proceder com a manutenção da malha viária pavimentada do Município, conforme a necessidade constatada pela equipe de fiscalização e ainda atendendo as solicitações dos munícipes, bem como a eficiência do mesmo na conservação de pavimentos, podendo ser utilizado em várias operações de conservação diárias e preventivas.

Possibilitando uma operação rápida e simples. A impermeabilização correta do asfalto garante que não haverá ataque da umidade ou danos causados por Infiltrações nos elementos estruturais.

3.1.2. A emulsão asfáltica é um composto fundamental no mundo da pavimentação asfáltica. Trata-se de uma mistura estável de asfalto, água e emulsificantes, que desempenha um papel vital na criação de revestimentos asfálticos duradouros e de alta qualidade. Esse material é frequentemente empregado em projetos de construção de estradas, vias urbanas, estacionamentos e diversos outros tipos de pavimentos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO- Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” e art. 40, §1º, inciso I

4.1. Consiste na aquisição de Emulsão RR-1C (CT) e Emulsão EAI (CT) conforme especificações do DER-PR, o material a ser adquirido deverá atender às especificações conforme descrito abaixo.

4.1.1. EMULSÃO ASFÁLTICA CATIÔNICA DE RUPTURA RÁPIDA - RR é um sistema constituído pela dispersão de uma fase asfáltica em uma fase aquosa, apresentando partículas carregadas positivamente. É normalmente empregada nos seguintes tipos de serviço: tratamento superficial simples, tratamento superficial múltiplo, capa selante / banho diluído, pintura de ligação e macadame betuminoso. Geralmente, é aplicada a temperatura ambiente, podendo variar entre 25 e 70°C; no entanto, deve-se sempre observar a temperatura ideal de aplicação em função de sua viscosidade. Nunca devem ser aquecidas acima de 70°C. Em caso de estocagem por longos períodos recomenda-se a recirculação uma vez por semana para a RR-1C. É importante evitar recirculação e bombeamentos sucessivos para não ocorrer diminuição de viscosidade e ruptura por ar incluso. Na operação de diluição, adicionar água na emulsão e nunca o inverso. Não estocar emulsões diluídas. As cargas dos carros de transporte deverão ser completas a fim de evitar que a agitação altere as características da emulsão.

4.1.2. EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO – EAI- PR:

A EAI consiste na emulsificação de cimentos asfálticos de petróleo - Caps sem adição de solventes ou com baixos teores de frações voláteis, utilizando agentes tensoativos especiais que promovem a penetração do ligante por baixa viscosidade e a deposição de um resíduo asfáltico com característica coesiva, impermeabilizante e aglutinante para a adesão adequada da base à camada asfáltica sobrejacente.

- a) Todos os materiais fornecidos deverão atender as especificações do Edital em vigor.
- b) Os materiais rejeitados deverão ser substituídos sem ônus para a Contratante.

c) Toda carga deverá apresentar indicação da sua procedência, do tipo e da quantidade do seu conteúdo, bem como estar acompanhada do respectivo Boletim Técnico/Certificado de Ensaio em atendimento às Especificações de Material constantes deste Termo de Referência.

4.2. A solução proposta é a contratação por meio de registro de preços, conforme as especificações descritas nesse termo, de empresas para o fornecimento de emulsão asfáltica para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras Públicas. Para Melhoria das condições de trafegabilidade de nosso Município.

4.3. A licitação será na modalidade de Pregão Eletrônico, visando à contratação através do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº.14233/2021. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período conforme artigo 84 da referida Lei Federal.

4.4. O processo (SRP), poderá haver parcelamento na execução, tendo em vista que as emissões de empenho se darão conforme disponibilidade recursos orçamentários até que a demanda seja atendida em sua totalidade

5.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO- Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “d”

5.1. O licitante detentor da melhor proposta deverá encaminhar imediatamente os documentos abaixo relacionados, de acordo com o prazo definido em Edital, por meio eletrônico, conforme orientações e endereço eletrônico indicados pelo órgão contratante.

a) Comprovação de capacidade técnica da empresa, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, atestando o fornecimento do objeto licitado, **como requisito de habilitação**.

b) Os fornecedores deverão comprovar que os materiais atendem às especificações estabelecidas pelos seguintes órgãos reguladores, conforme a aplicabilidade ao objeto: **ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas, **DER** – Departamento de Estradas de Rodagem, **DNIT** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e **ANP** – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O **cadastro de regularidade** junto à **ANP**, será exigido na habilitação, para demonstrar a conformidade com as normas técnicas pertinentes ao tipo de emulsão ofertado, tais como: **ABNT NBR 9831** – Emulsão Asfáltica Catiônica – Requisitos e Métodos de Ensaio; Especificações do **DNIT**, como a **165/2018-EM** para emulsão RR-1C; e a norma **DER ES-PA 17/23**, quando aplicável à jurisdição do ente licitante. Ressalta-se que o referido cadastro será exigido na fase de habilitação para as empresas vencedoras. Em relação ao **laudo laboratorial** será exigido na execução.

c) As empresas vencedoras de itens derivados do petróleo, considerando que os itens constantes do objeto da presente licitação — Emulsão Asfáltica RR-1C e Emulsão Asfáltica EAI (CT) — são produtos classificados como tais, deverão observar a **Resolução ANP nº 02, de 14 de janeiro de 2005**. Nos termos do artigo 3º da referida Resolução, “a atividade de distribuição de asfaltos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que possuir autorização da ANP.” Ademais, o parágrafo único do artigo 1º dispõe que essa atividade, considerada de utilidade pública, inclui “a aquisição, armazenamento, transporte, aditivção, industrialização, misturas, comercialização, controle de qualidade e assistência técnica ao consumidor.” Dessa forma, fica expressamente identificado que os itens Emulsão Asfáltica RR-1C e Emulsão Asfáltica EAI (CT) são considerados derivados de petróleo. É de obrigatoriedade a apresentação, por parte da empresa (s) vencedora (s) o **cadastro de regularidade**, junto a ANP para o exercício da atividade de distribuição desses produtos. **A apresentação da documentação mencionada deverá ocorrer na fase de habilitação.**

d) Os documentos exigidos para a habilitação da(s) empresa(s) vencedora(s) poderão ser apresentados por meio da plataforma **Compras.Gov**, para análise da equipe técnica responsável.

5.2. A emulsão asfáltica tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art.6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O fornecimento será efetuado em remessa(s) parceladas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, com prazo de entrega não superior a 48 (quarenta e oito) horas contados a partir do envio da Nota de Empenho.

5.3.1. A contratada deverá disponibilizar o material para retirada pela Secretaria Municipal de Obras, no endereço previamente informado pela própria contratada. A liberação do material deverá ocorrer **no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas** após a solicitação formal da Secretaria, acompanhada da respectiva autorização de fornecimento, considerando a natureza emergencial dos reparos a serem executados, que demandam pronta disponibilidade do produto.

5.4. Os produtos deverão atender as especificações básicas de qualidade igual ou superior a solicitada. Em caso de devolução/substituição dos materiais/produtos por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa vencedora em até 48 (quarenta e oito) horas do recebimento e critério de aceitação do objeto.

5.5. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento total ou parcial do objeto desta licitação. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.6. Não será admitida a participação de consórcios:

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

a) A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade;

b) A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame;

c) Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio;

d) A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade, atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração;

e) Para o objeto que se pretende contratar, Registro de Preço para aquisição de tubos e artefatos de concreto, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas, em razão de não demandar alta complexidade técnica, não se mostra viável à Administração a participação de empresas consorciadas, não

trazendo nenhum prejuízo econômico ou de restrição à competição tal vedação.

f) A permissão da participação de empresas, constituídas sob a forma de consórcio, poderia trazer prejuízos ao ânimo competitivo do certame, bem como na busca pela proposta mais vantajosa

g) A participação de consórcios mostra-se viável, quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame, conforme a definição trazida pela Lei nº 14.133/2021, vejamos: Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXII - obras, serviços e fornecimentos de grande vulto: aqueles cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); (Vide Decreto nº 11.871, de 2023) Vigência

5.6.1. Controle e Aceitação:

a) Todos os materiais fornecidos deverão atender as especificações do termo de referência.

b) Os materiais rejeitados deverão ser substituídos sem ônus para a Contratante.

c) Toda carga deverá apresentar indicação da sua procedência, do tipo e da quantidade do seu conteúdo, bem como estar acompanhada do respectivo Boletim Técnico/Certificado de Ensaio em atendimento às Especificações de Material

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

constantes deste Termo de Referência.

5.7. Manejo Ambiental:

5.7.1. A empresa fornecedora deve assegurar que a produção e o armazenamento das emulsões asfálticas atendam a todas as normas ambientais vigentes, incluindo a obtenção das licenças necessárias e a implementação de práticas seguras no manuseio do material. A utilização das emulsões contribui para a sustentabilidade, prolongando a vida útil dos pavimentos e reduzindo a necessidade de reconstrução das vias, além de minimizar a extração de novos recursos naturais. Esse insumo também previne a formação de buracos e fissuras, evitando danos que possam causar erosões e degradações ambientais. A mitigação dos impactos ambientais será reforçada pelo uso responsável do material, com foco em intervenções preventivas e corretivas que preservem a infraestrutura urbana sem comprometer o equilíbrio ecológico. O município deverá realizar um acompanhamento contínuo dos efeitos da aplicação das emulsões, garantindo que as práticas adotadas sejam ambientalmente responsáveis e alinhadas aos princípios da economia circular e da redução de resíduos na construção civil.

5.7.2. Possíveis impactos ambientais durante a fase de execução dos serviços podem ocorrer emissões atmosféricas constituídas basicamente de material particulado em suspensão proveniente das operações de corte, escavação, aterro, nivelamento do solo, remoção da camada vegetal, obtenção de material de empréstimo e disposição de bota foras, além dos gases oriundos dos escapamentos de veículos e máquinas. Essas emissões são restritas à área e ao período de execução dos serviços, cessando seus efeitos após a conclusão dos serviços, ou seja, são efeitos imediatos, reversíveis e localizados.

5.7.3. Medidas mitigadoras:

- a) Umectação constante do solo nas áreas de intervenção, com frequência pré-determinada, para abatimento na origem das emissões de material para a atmosfera;
- b) Utilização de cobertura nos caminhões através do recobrimento das carrocerias com lonas, quando do transporte de materiais que possam sofrer ação eólica (ex. terra e areia), evitando-se a emissão de poeira em suspensão;
- c) Utilização de brita nas vias não pavimentadas e acessos a serem implantados, com o intuito de reduzir as emissões de particulados na passagem dos veículos;
- d) Controle de velocidade dos veículos em toda a área de execução dos serviços. Geração de resíduos sólidos comuns a obras de construção civil, com previsão de destinação nos termos da Resolução CONAMA n. 307/2002 inclusa nas obrigações da contratada.

5.8. Critérios e Práticas de Acessibilidade e Sustentabilidade.

5.8.1. O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21:

- a) Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

socioambiental adotada pelo órgão.

b) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

c) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

d) Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais;

e) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;

f) Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos

mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO- Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, incisos II e III

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. Forma de execução: O fornecedor deverá disponibilizar a emulsão asfáltica, em local previamente indicado pela empresa, para retirada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, observando as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

6.2.1 Critério de seleção da Proposta: Menor preço por item.

6.3. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico.

6.4. Da garantia: A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá dar plena garantia sobre a qualidade do material, devendo fornecer emulsão asfáltica de qualidade, que possam ter longa durabilidade e eficiência.

6.5. Vigência: O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses após a publicação do extrato do contrato no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas), podendo o contrato ser prorrogado, nos termos da legislação vigente (14.133/21).

6.6. Fornecimento: A empresa contratada deverá disponibilizar o material conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento. Em relação à emulsão asfáltica RR-1C (CT) e à emulsão EAI (CT), a retirada será de responsabilidade da Secretaria, no local previamente indicado pela contratada.

6.7. A quantidade de cada retirada será de 180 (cento e oitenta) a 250 (duzentos e cinquenta) quilos por carga.

6.8. Da entrega: A Secretaria Municipal de Obras Públicas efetuará a retirada do material em local indicado pela contratada, a solicitada deve informar de forma antecipada o local da retirada do material.

6.9. Da Vedação à Adesão por Órgãos Não Participantes (Carona): Fica vedada a adesão de órgãos ou entidades não participantes (também denominada adesão por “carona”) à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, considerando o planejamento da contratação e a necessidade de resguardar o atendimento integral das demandas do órgão gerenciador e dos participantes.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO- Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII, alínea “f”

7.1. Forma de gestão do contrato:

7.1.1 A Secretaria Municipal de Obras Públicas será responsável por executar e fiscalizar todas as retiradas dos materiais objeto deste contrato, por meio de profissionais devidamente designados. Caso, no ato da retirada, ou posteriormente, seja constatado que os materiais disponibilizados não atendem às especificações exigidas, não correspondam às necessidades do Município de Fazenda Rio Grande ou apresentem risco à segurança dos servidores envolvidos no transporte e aplicação, a Administração poderá adotar, isolada ou cumulativamente, as seguintes providências:

a) Determinar a suspensão da disponibilização do material;

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

- b) Exigir a substituição imediata do produto;
- c) Exigir a adequação das condições de fornecimento;
- d) Suspender o pagamento das quantidades em desacordo.

§ 1º Em caso de suspensão de pagamento, ficam também suspensos os direitos a reajuste e/ou juros da CONTRATADA.

7.2. Equipe de Fiscalização:

Função	Nome Completo	Nºda Matrícula	Nºda Portaria
Gestor do Contrato	Maicon Douglas Coimbra	363274	Nº 042/2025
Fiscal de Contrato	Jailson Corrêa de Oliveira	363238	Nº 042/2025
Fiscal Substituto	Celso José Carvalho	363237	Nº 042/2025
Fiscal de Execução	Angelo Schiochet Junior	352648	Nº 042/2025

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14133, de 1 de abril de 2021.

7.4. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.5. O compromisso do fornecimento só estará caracterizado após o recebimento da Requisição/Pedido ou instrumento equivalente, devidamente emitido pela Prefeitura de Fazenda Rio Grande, que deverá conter obrigatoriamente a quantidade e descrição do material solicitado, local de retirada e assinatura do responsável.

7.6. A CONTRATADA deverá iniciar o fornecimento em acordo com as orientações da

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

fiscalização do contrato/ARP, em até 48 horas após a emissão da Autorização de fornecimento/empenho.

7.7. Condições da Entrega: O fornecimento será realizado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura das respectivas autorizações, condicionada à verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento provisório. Ressalta-se que a retirada do material será efetuada pela SMOP.

7.8. Caso não seja possível a liberação na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO- *Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea "g"*

8.1. Critérios de medição e fiscalização

Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da retirada, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

- a) Os produtos deverão ser fornecidos em observância às especificações técnicas do Termo de Referência;
- b) Durante a vigência do contrato/ARP poderá ser solicitado controle tecnológico das emulsões, às custas da contratada, objetivando a aceitação ou rejeição do produto objeto deste, se julgado necessário. Se solicitadas, as amostras deverão ser entregues no local indicado pela equipe SMOP acompanhadas dos respectivos relatórios e laudos de controle de qualidade;
- c) A empresa contratada deverá atender ao prazo máximo de disponibilização de material de até 48 horas após a solicitação, no dia útil subsequente ao pedido, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 14:00 horas e aos sábados das 08:00 às 13:00 horas;
- d) A aceitação do(s) produto(s), objeto deste Termo de Referência, fica condicionada ao atendimento das exigências de qualidade estabelecidas em normas e especificações brasileiras.
- e) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das

penalidades.

f) A contratada responderá integralmente pelo custo de suas substituições tantas vezes quantas forem necessárias.

8.2. Critérios de liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar;
- d) Eventuais destaques de valores de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada/detentora da ARP providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.3. Critérios para pagamento

8.3.1 O pagamento será efetuado, através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, pelo fiscal responsável pela execução da ARP e gestor do contrato anexado às provas de regularidade com a Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, CNDs Municipal, Estadual e Federal, bem como toda a documentação exigida neste **Termo de Referência**.

8.3.2. Se o término do prazo para o pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente;

8.3.3. Em caso de irregularidade no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões);

8.3.4 Fatura discriminada, devidamente atestada pelo(s) fiscal(ais) designado(s) pela Administração;

8.3.5 Cópia do comprovante de recolhimento do ISS ou cópia do Alvará de Localização e Funcionamento (a comprovar a inscrição municipal em cadastro de prestadores de serviços), quando devido em outro Município, nos termos da Lei n.º 501/01;

8.3.5.1. Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota Fiscal, se houver;

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

8.3.5.2. Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples;

8.3.5.3 Deverá ser informado na **Nota Fiscal**, as empresas que são optantes pelo simples nacional, assim como as alíquotas constantes nos anexos (conforme Art. 21, Inciso I, V da Lei Complementar 128).

8.3.5.4 Certidão Negativa de Débitos Junto ao INSS;

8.3.5.5 Certidão de Regularidade do FGTS;

8.3.5.6 Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.3.5.7 O pagamento somente efetuar-se-á mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas.

8.4. A Contratada obriga-se a:

a) Disponibilizar a retirada dos produtos nas condições e no(s) prazo(s) indicados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos;

d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência, edital ou na minuta de contrato/ARP;

h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR- *Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”*

9.1. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.1.1. As exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Temo de Referência. Os critérios de habilitação fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor são:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI – Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

VIII – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 14 de novembro de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes.

IX - O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

modalidade Pregão, no procedimento Sistema de Registro de Preços, sob forma eletrônico, conforme recomendação do Documento de Formalização de Demanda- DFD, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Diante da relevância da presente contratação, não apenas pelo volume financeiro envolvido, mas sobretudo em face das características do serviço a ser prestado que é de grande importância para a administração deste Órgão. Cabe à Administração zelar para que seja contratado fornecedor apto a conduzir o contrato resultante desta licitação. Para tanto a administração solicita através da qualificação econômico-financeira que uma empresa demonstre ter condições financeiras estáveis para cumprir com seus compromissos comerciais sem riscos excessivos. Com o

objetivo de prevenir a Administração Pública de que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, possam vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

9.2.1. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor são:

I – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

III – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

§ 1º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

§ 2º Para o atendimento ao inciso I, o licitante deverá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme segue:

I – o balanço e demonstrações contábeis das Sociedades Anônimas deverão seguir as diretrizes previstas no art. 289 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e ou por meio de ECD - Escrituração Contábil Digital;

II – o balanço e demonstrações contábeis dos demais tipos de empresas deverão ser apresentados e acompanhados dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário ou Ata de aprovação do Balanço Patrimonial, na forma do Código Civil Brasileiro vigente, devidamente assinados por contador legalmente habilitado e registrado no Conselho

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

Regional de Contabilidade e pelo Representante Legal da Empresa, e registrados no órgão competente, tais como Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos, conforme o caso; III – quando se tratar de empresa sujeita à ECD - Escrituração Contábil Digital do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital, apresentar o recibo de entrega do livro contábil digital emitido pelo sítio do SPED da Secretaria da Receita Federal do Brasil –RFB, que comprove a sua autenticação, conforme legislação vigente

IV – Apresentar o Termo de Autenticação do Livro Diário expedido por Cartório de Títulos e Documentos e/ou da Junta Comercial do Estado, caso a empresa seja registrada em algum desses órgãos.

§ 3º O Microempreendedor Individual - MEI não tem a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais.

V – Os Balanços a serem apresentados devem estar de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, acompanhado de todos os demonstrativos exigidos, em especial a ITG 1000 e as NBC-TG's 1000, 1001 e 1002, ou aquelas que vierem a substituir, de acordo com o porte da proponente.

VI. A situação econômico-financeira dos exercícios sociais deverá ser demonstrada com memória de cálculo assinada por representante legal da empresa e contador habilitado e será aferida por contador da Administração, pela seguinte fórmula e índices indicados abaixo:

Índice de Liquidez Corrente = LC

LC = Ativo Circulante/Passivo

Circulante Índice de Liquidez Geral =

LG

**LG = Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo/ Passivo Circulante +
Passivo Não Circulante**

Solvência Geral = SG

SG = Ativo Total/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Resultado esperado:

ILC > ou = 1 ILG > ou = 1 SG > ou = 1

VII. Como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira nas

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, caso o balanço patrimonial e demonstrações contábeis revele índices de solvência, liquidez corrente ou liquidez geral inferiores a 1 (um) será exigido da empresa licitante para fins de habilitação [patrimônio líquido mínimo] de 10% (dez por cento) do [valor total estimado da contratação].

10. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Os documentos de habilitação técnica exigidos neste Termo de Referência têm por finalidade comprovar que a licitante possui aptidão técnica, regularidade operacional, habilitação profissional e autorização dos órgãos competentes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto da contratação. Tais exigências visam demonstrar que a empresa possui experiência compatível com o fornecimento pretendido, bem como que atua em conformidade com a legislação ambiental, minerária e profissional aplicável, garantindo à Administração maior segurança quanto à capacidade de execução contratual. Para fins de comprovação da habilitação técnica, deverão ser apresentados os documentos e registros previstos neste Termo de Referência, observadas as disposições do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

- a)** A comprovação da aptidão para o fornecimento de materiais similares, de características e complexidade equivalentes ou superiores aos exigidos nesta contratação, dar-se-á por meio da apresentação de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b)** Certidão Negativa de Débitos Ambientais, emitida por órgão ambiental competente, conforme a lei estadual da sede da Empresa, em plena validade.
- c)** Registro de Extração junto a ANM (Agência Nacional de Mineração), comprovando Direitos Minerários para extração (de acordo com os itens que a proponente participar). O Registro de Extração alcança ambos os Itens da licitação, Item 1 e Item 2.
- d)** Cadastro Técnico Federal no IBAMA, em plena validade, conforme Lei Federal nº 6938/81 e alterações previstas na Lei Federal nº 10.165/00, bem como Instrução Normativa IBAMA nº 06/13.
- e)** As empresas com sede no Estado do Paraná deverão apresentar, na **fase de habilitação**, o registro de inscrição no CREA-PR. As empresas sediadas em outros Estados deverão apresentar, também na **fase de habilitação**, o registro de inscrição no CREA de sua respectiva região. O visto no CREA-PR, conforme determina a Resolução nº 1.007/2003 do CONFEA, deverá ser apresentado no momento da **assinatura do Instrumento Contratual**, considerando a necessidade de registro no Conselho Regional da jurisdição onde os serviços serão executados.
- f)** O Alvará de Localização e Funcionamento, compatível com a atividade inerente ao objeto da contratação, será exigido apenas da licitante vencedora como condição para a assinatura do contrato, quando aplicável, não constituindo requisito de habilitação, nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

10.2. Os documentos relacionados nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” deverão ser apresentados **pela empresa proponente, na condição de comerciante/revendedora**. No caso da extratora, tais documentos deverão vir **acompanhados de declaração** que ateste o vínculo comercial com a proponente, a origem do material e a garantia de fornecimento nas quantidades previstas neste Edital. Contudo a responsabilidade contratual é exclusivamente da proponente

10.2.2. A licitante deverá apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado(s) por seu(s) representante(s) legal(is), que comprove(m) o fornecimento de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** de produto/material/serviço compatível com o objeto da presente licitação.

Os atestados deverão estar vinculados ao **número do CNPJ da unidade da empresa que participa da licitação**, seja matriz ou filial, **observando-se o disposto no Acórdão TCU nº 1.277/2015 – Plenário, que orienta que a vinculação deve ocorrer de acordo com a unidade executora, sem imposição quanto à denominação (matriz ou filial) constante no documento**.

Será admitida, também, a comprovação da capacidade técnica por meio da apresentação de **Notas Fiscais** que evidenciem o fornecimento do objeto, emitidas anteriormente à data de abertura da licitação.

10.2.3. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem a parcela de maior relevância dos bens, objeto desta licitação, quais sejam o fornecimento dos itens, conforme segue:

Item	Especificação	Uni.	Qtde. 50%	Código na SC
1	Fornecimento de Emulsão Asfáltica RR - 1C	Ton	10	99014989-1
2	Fornecimento de emulsão EAI (CT)	Ton	5	18020575-1

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”

11.1 Os valores para os itens solicitados foram obtidos por meio de pesquisa de preço, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;

I-Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, disponível no endereço eletrônico

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Normas-e-Custos-Rodoviaros> ;

11.2 A estimativa de custos necessários à aquisição dos materiais objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 109.992,80 (Cento e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Ref.: Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXIII, alínea "j"

As despesas com a presente licitação ocorrerão a conta das Dotações Orçamentárias consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

12.1. Dos recursos orçamentários e financeiros

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
176	08	001	15	452	0042	2.034
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00000.00000.01.07.00.00.1.500.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
186	08	001	15	452	0042	2.035
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00000.00000.01.07.00.00.1.500.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
186	08	001	15	452	0042	2.035
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00012.00000.01.07.00.00.1.500.000			R\$ 13.749,10	

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
186	08	001	15	452	0042	2.035
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00504.00504.99.99.00.00.1.704.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
188	08	001	15	452	0042	2.036
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00000.00000.01.07.00.00.1.500.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
188	08	001	15	452	0042	2.036
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00504.00504.99.99.00.00.1.704.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
191	08	001	20	606	0042	2.211
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	
3.3.90.30		00000.00000.01.07.00.00.1.500.000			R\$ 13.749,10	

Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Ação
191	08	001	20	606	0042	2.211
Elemento:		Fonte:			Valor estimado R\$	

3.3.90.30	00504.00504.99.99.00.00.1.704.0 000	R\$ 13.749,10
-----------	--	---------------

13. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

13.1. No que versa sobre os quantitativos do projeto constantes no Termo de Referência, estimou-se com base em estudos na elaboração da demanda necessária em virtude da necessidade das quantidades requeridas, obedecendo uma margem de segurança dos estoques, para evitar o desabastecimento dos materiais considerados essenciais para as atividades administrativas.

13.2. Registre-se que a aquisição se justifica ainda, pela necessidade de manutenção das vias haja vista o desgaste desses, sem a qual poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pela Administração Pública municipal. O que justifica a necessidade da realização da licitação para o referido objeto.

14.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente por infrações e ficará sujeito a sanções de acordo com regulamentação e conforme previsto na Lei 14.133/2021 - Capítulo I – Das Infrações e Sanções Administrativas Artigos 155 a 163 incluindo seus parágrafos e incisos.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer

documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou cancelamento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

b) A Administração poderá revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

conduta ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

c) A CONTRATADA reconhece que, na hipótese de inexecução total ou parcial do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá rescindi-lo unilateralmente, sem prejuízo das sanções contratuais e legais que lhe forem inerentes.

d) A CONTRATANTE providenciará a publicação de extrato do contrato e de seus eventuais termos aditivos, às suas expensas.

15.1.2 O compromisso da aquisição só estará caracterizado com a assinatura da Ata de Registro de Preços e recebimento da Nota de Empenho;

15.1.3 A detentora da Ata, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, excluída a total responsabilidade da Prefeitura por quaisquer reclamações e/ou indenizações eventualmente cabíveis. São expressamente de responsabilidade da detentora da ATA os seguros de responsabilidade civil e eventual ressarcimento de todos os danos materiais causados a seus empregados ou a terceiros;

15.1.4 Para a execução desta ARP, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefício de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

Fazenda Rio Grande - PR, 26 de junho de 2026.

Documento elaborado por:

Servidor	Assinatura
Jailson Menezes da Silva Assistente Administrativo/ Matrícula: 362880	

Documento revisado e aprovado por:

**Maicon Douglas Coimbra
Diretor Geral – Decreto N°7661/2025
Secretário Municipal de Obras Públicas - Decreto N° 8333/2026**

Av. Venezuela, 247 - Nações - CEP 83.820-554 - Fone: (41) 3627-

Email: secretariadeobrasfrg@gmail.com - CNPJ 95.422.986/0001-02

Assinantes



Jailson Menezes da Silva

Assinou em 26/06/2026 às 10:34:17 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Jailson Menezes da Silva, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.



MAICON DOUGLAS COIMBRA

Assinou em 26/06/2026 às 16:00:22 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, MAICON DOUGLAS COIMBRA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

RQL-9PZ-8OJ-R5P